

Polarização política e o risco à soberania digital: plataformas tecnológicas, desinformação e disputas geopolíticas no século XXI.

Political polarization and the risk to digital sovereignty: technological platforms, disinformation and geopolitical disputes in the 21st century.

Paulo de Tarso Pereira Machado
Lidiane Michelle Neves Filgueiras

APRESENTAÇÃO DO TEMA

Este trabalho analisa a relação entre a crescente polarização política e os riscos à soberania digital dos Estados nacionais no contexto da geopolítica contemporânea. Argumenta-se que a concentração do poder informacional em grandes plataformas tecnológicas, aliada ao uso estratégico da desinformação e da guerra híbrida, fragiliza a autonomia decisória dos países e intensifica divisões internas. O estudo utiliza revisão bibliográfica, análise documental e estudo de casos (como eleições recentes e conflitos informacionais) para demonstrar como atores estatais e corporativos influenciam a opinião pública e a governança digital. Conclui-se que a soberania digital se tornou elemento central da segurança nacional e da estabilidade democrática.

Palavras-chave: Geopolítica; Soberania digital; Polarização política; Desinformação; Plataformas digitais.

PRESENTATION OF THE THEME

This work analyzes the relationship between growing political polarization and the risks to the digital sovereignty of nation-states within the context of contemporary geopolitics. It argues that the concentration of informational power in major technological platforms, combined with the strategic use of disinformation and hybrid warfare, weakens the decision-making autonomy of countries and intensifies internal divisions. The study employs a literature review, document analysis, and case studies (such as recent elections and informational conflicts) to demonstrate how state and corporate actors influence public opinion and digital governance. It concludes that digital sovereignty has become a central element of national security and democratic stability.

Keywords: Geopolitics; Digital sovereignty; Political polarization; Disinformation; Digital platforms.

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Nas primeiras décadas do século XXI, a expansão das tecnologias digitais transformou profundamente a dinâmica da política, da economia e das relações internacionais. A internet, inicialmente concebida como um espaço aberto de circulação global de informações, tornou-se progressivamente um campo estratégico de disputa entre Estados, corporações tecnológicas e atores políticos diversos. Nesse contexto, a comunicação digital passou a desempenhar um papel central na formação da opinião pública, na mobilização social e na própria estabilidade das instituições democráticas.

O crescimento das grandes plataformas digitais — como redes sociais, motores de busca e serviços de compartilhamento de conteúdo — alterou significativamente a estrutura do ecossistema informacional global. Essas empresas passaram a concentrar enorme capacidade de influência sobre a circulação de informações, os fluxos de dados e os processos de mediação

comunicacional. Como consequência, surgiram novas formas de poder informacional capazes de impactar diretamente processos políticos e eleitorais.

Ao mesmo tempo, observa-se um aumento significativo da polarização política em diversos países, frequentemente amplificada por dinâmicas algorítmicas que favorecem conteúdos emocionalmente intensos e altamente polarizadores. A disseminação de desinformação, campanhas coordenadas de manipulação digital e estratégias de guerra híbrida passaram a ser utilizadas como instrumentos de influência geopolítica, ampliando a vulnerabilidade das democracias contemporâneas.

Esse cenário, emerge o conceito de soberania digital, entendido como a capacidade dos Estados de exercer controle e governança sobre suas infraestruturas tecnológicas, seus dados e seus sistemas de informação. A dependência de plataformas e tecnologias estrangeiras pode limitar a autonomia decisória dos países, abrindo espaço para interferências externas em processos políticos internos.

Paralelamente, observa-se o avanço de um fenômeno denominado fragmentação da internet, frequentemente referido como *Splinternet*. Esse processo caracteriza-se pela divisão do ciberespaço global em diferentes esferas de influência política e tecnológica, nas quais países ou blocos geopolíticos estabelecem suas próprias regras de governança digital, padrões tecnológicos e mecanismos de controle da informação.

Diante desse contexto, o presente estudo busca analisar como a polarização política mediada por plataformas digitais e a crescente disputa geopolítica pelo controle da informação representam riscos à soberania digital dos Estados e à estabilidade do sistema internacional.

JUSTIFICATIVA PARA A REALIZAÇÃO DESTA INTERVENÇÃO

A realização desta intervenção justifica-se pela crescente relevância estratégica do ambiente digital nas dinâmicas políticas, sociais e geopolíticas contemporâneas. A intensificação da polarização política mediada por plataformas digitais, associada à disseminação de desinformação e ao uso da informação como instrumento de disputa entre atores nacionais e

internacionais, representa um risco significativo para a estabilidade democrática, a segurança informacional e a soberania digital dos Estados.

Em um contexto marcado pela centralização do poder informacional em grandes plataformas tecnológicas e pela dependência de infraestruturas digitais globais, torna-se necessário desenvolver mecanismos institucionais e políticas públicas capazes de fortalecer a governança do ambiente digital e reduzir vulnerabilidades relacionadas à manipulação informacional.

Além disso, a possibilidade de fragmentação da internet em diferentes blocos geopolíticos, fenômeno frequentemente denominado *Splinternet*, evidencia a necessidade de promover estratégias que conciliem autonomia tecnológica nacional e cooperação internacional. Sem iniciativas voltadas à regulação democrática das plataformas digitais, ao fortalecimento da infraestrutura tecnológica e à promoção da alfabetização midiática da população, há o risco de ampliação da polarização social, enfraquecimento das instituições e aumento da exposição dos países a interferências externas em seus processos políticos.

Nesse sentido, o plano de intervenção proposto busca contribuir para o desenvolvimento de um ambiente digital mais seguro, transparente e resiliente, capaz de preservar os princípios democráticos e garantir maior autonomia informacional aos Estados. Espera-se que sua implementação favoreça a ampliação do conhecimento sobre os riscos associados à desinformação e à manipulação digital, estimule a construção de políticas públicas voltadas à governança da informação e promova atitudes mais críticas e responsáveis no consumo e na circulação de conteúdos no ambiente digital.

Adicionalmente, a intervenção pretende incentivar a cooperação entre diferentes atores sociais — governos, setor privado, instituições acadêmicas e sociedade civil — na formulação de estratégias voltadas à segurança informacional e à proteção dos processos democráticos. Assim, espera-se que o desenvolvimento dessas iniciativas contribua para fortalecer a soberania digital, ampliar a capacidade institucional de enfrentamento de ameaças informacionais e promover uma cultura de responsabilidade, transparência e pensamento crítico no uso das tecnologias digitais.

Ao aprofundar o tema, é possível destacar que a soberania digital não se limita apenas ao controle sobre infraestruturas tecnológicas, mas envolve também a capacidade de definir políticas de proteção de dados, promover a transparência nos algoritmos das plataformas e garantir a pluralidade de vozes no ambiente digital. Isso implica a necessidade de regulamentações que protejam a privacidade dos cidadãos, combatam a desinformação e assegurem que decisões cruciais sobre o fluxo de informações não estejam concentradas nas mãos de poucas corporações com interesses comerciais ou geopolíticos.

A alfabetização midiática surge como elemento central, pois capacita a sociedade a identificar *fake news*, compreender os mecanismos de manipulação informacional e adotar uma postura crítica diante das informações consumidas e compartilhadas. Programas educacionais voltados para esse objetivo podem contribuir para a redução da polarização e para o fortalecimento das instituições democráticas.

Outro aspecto relevante é a cooperação internacional, indispensável diante de ameaças transnacionais, como ataques cibernéticos, espionagem digital e campanhas de influência política. Nesse cenário, a articulação entre países para criar padrões globais de segurança informacional, compartilhar boas práticas de governança digital e promover acordos de proteção de dados se torna crucial para enfrentar desafios que ultrapassam fronteiras nacionais.

Por fim, a busca por um ambiente digital resiliente e democrático depende não apenas de ações governamentais, mas também do engajamento da sociedade civil e do setor privado. A construção de uma cultura de responsabilidade digital, baseada em transparência, ética e respeito à diversidade, é fundamental para garantir que o avanço tecnológico contribua para o desenvolvimento social e para a preservação dos valores democráticos.

OBJETIVO GERAL

Analisar o impacto da polarização política mediada por plataformas digitais sobre a soberania digital dos Estados.

Parte-se da hipótese de que a concentração do poder informacional nas grandes plataformas tecnológicas e a dependência de infraestrutura digital estrangeira ampliam a polarização e aumentam a vulnerabilidade dos países a interferências externas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Diante dessas, a relação entre comunicação digital, poder político e disputas geopolíticas tem sido amplamente discutida na literatura contemporânea. Manuel Castells (2017) argumenta que as sociedades atuais são estruturadas por redes de informação que atravessam fronteiras nacionais e reorganizam as formas tradicionais de exercício do poder. Nesse contexto, a comunicação em rede tornou-se um dos principais instrumentos de mobilização política e construção de narrativas públicas.

O ambiente digital ampliou significativamente a capacidade de circulação de informações, mas também criou vulnerabilidades relacionadas à manipulação informacional. Evgeny Morozov (2018) destaca que a internet pode ser utilizada tanto para promover processos democráticos quanto para reforçar estratégias de controle político e propaganda.

Além disso, Joseph Nye Jr. (2012) enfatiza que o poder no sistema internacional contemporâneo envolve não apenas recursos militares e econômicos, mas também a capacidade de influenciar percepções, narrativas e fluxos informacionais. Nesse sentido, a informação e a tecnologia tornaram-se instrumentos centrais das disputas geopolíticas contemporâneas.

A concentração de dados e de infraestrutura digital em grandes empresas globais também tem sido analisada por Shoshana Zuboff (2020), que descreve o surgimento de um modelo econômico baseado na coleta e no processamento massivo de dados pessoais. Esse fenômeno amplia o poder das plataformas tecnológicas e levanta importantes questões relacionadas à privacidade, à governança digital e à autonomia dos Estados.

A soberania digital passa a ser compreendida como um elemento fundamental da segurança nacional e da estabilidade democrática, exigindo

novos mecanismos de regulação, cooperação internacional e desenvolvimento tecnológico.

PLANO DE AÇÃO

O enfrentamento dos riscos associados à polarização digital e à fragmentação da internet exige a implementação de estratégias articuladas que envolvam governos, instituições internacionais, setor privado e sociedade civil. Esse esforço integrado visa responder à complexidade dos desafios atuais, que ultrapassam fronteiras nacionais e demandam ações coordenadas em múltiplos níveis. A cooperação intersetorial é fundamental para garantir que as decisões sobre o futuro do ambiente digital reflitam diferentes interesses sociais, promovendo a inclusão, a diversidade e a proteção dos direitos humanos. Além disso, é essencial que essas estratégias sejam constantemente revisadas e adaptadas, considerando a rápida evolução tecnológica e as mudanças no cenário político global.

Uma das principais iniciativas consiste no fortalecimento da governança internacional da internet. A construção de acordos multilaterais voltados à definição de normas comuns para o ambiente digital pode contribuir para reduzir disputas tecnológicas entre países e preservar a interoperabilidade da rede global. Esses acordos podem incluir protocolos internacionais de cibersegurança, mecanismos de cooperação para combate à desinformação e diretrizes para proteção de dados. Ainda, é importante que esses tratados sejam embasados em princípios de transparência, responsabilização e respeito à soberania dos Estados, assegurando que as decisões sobre fluxos informacionais e padrões tecnológicos não fiquem concentradas em poucos atores globais. A participação ativa de países em desenvolvimento nesses fóruns é estratégica para o equilíbrio de forças e para a promoção de uma internet verdadeiramente aberta e plural.

Outra medida relevante refere-se à regulação democrática das plataformas digitais. A adoção de marcos regulatórios que promovam maior transparência algorítmica e responsabilidade institucional das plataformas pode

contribuir para reduzir práticas de manipulação informacional e ampliar a confiança pública nos sistemas digitais. Nesse contexto, torna-se importante estabelecer mecanismos de auditoria independente e exigir maior clareza sobre os critérios utilizados na moderação de conteúdo. A regulação deve buscar um equilíbrio entre liberdade de expressão e a necessidade de coibir conteúdos nocivos, como discursos de ódio, fake news e campanhas de desinformação. Além disso, é fundamental garantir o direito de recurso dos usuários a decisões tomadas pelas plataformas, fortalecendo a proteção de direitos individuais e coletivos.

O investimento em infraestrutura tecnológica nacional e regional também representa uma estratégia fundamental para reduzir a dependência de sistemas estrangeiros. O desenvolvimento de centros de dados, tecnologias de armazenamento de informações e plataformas digitais locais pode fortalecer a autonomia tecnológica dos países e estimular ecossistemas nacionais de inovação. Esse processo deve ser acompanhado de políticas públicas que incentivem a pesquisa, a formação de profissionais qualificados e a criação de ambientes favoráveis ao empreendedorismo digital. Além disso, é importante fomentar parcerias entre universidades, setor produtivo e governo para acelerar a transferência de conhecimento e ampliar a capacidade de resposta a ameaças tecnológicas emergentes.

Outro eixo central do plano de ação envolve a promoção da educação midiática e da alfabetização digital. Programas educacionais voltados ao desenvolvimento do pensamento crítico no consumo de informações podem reduzir significativamente a vulnerabilidade da população à desinformação e às campanhas de manipulação digital. É necessário incluir, nos currículos escolares e em iniciativas de educação continuada, conteúdos sobre funcionamento das redes sociais, identificação de fontes confiáveis, privacidade online e segurança digital. A participação de educadores, comunicadores e organizações da sociedade civil pode potencializar o alcance dessas ações, criando uma cultura de cidadania digital e responsabilidade coletiva no uso das tecnologias.

Por fim, a cooperação internacional em cibersegurança deve ser ampliada por meio do compartilhamento de informações sobre ameaças digitais, do desenvolvimento de protocolos conjuntos de resposta a ataques cibernéticos e da formação de redes internacionais de pesquisa e inovação em segurança informacional. Tais iniciativas podem ser potencializadas pela integração com organismos multilaterais, como a ONU, e pela participação em consórcios tecnológicos regionais. A criação de centros de resposta a incidentes cibernéticos, a realização de exercícios conjuntos de simulação de ataques e o incentivo à produção científica na área de segurança digital são exemplos de medidas que fortalecem a resiliência coletiva diante dos desafios do ambiente digital contemporâneo.

RESULTADOS ESPERADOS

A implementação das estratégias propostas neste projeto tende a produzir impactos relevantes no fortalecimento da soberania digital e na redução dos riscos associados à polarização política e à desinformação no ambiente digital. Espera-se, em primeiro lugar, o aprimoramento da capacidade institucional dos Estados para regular e monitorar o ecossistema informacional digital, por meio da criação ou aperfeiçoamento de marcos regulatórios voltados à transparência das plataformas, à proteção de dados e ao combate à disseminação coordenada de desinformação.

No plano tecnológico, os investimentos em infraestrutura digital e no desenvolvimento de capacidades nacionais e regionais podem contribuir para reduzir a dependência de tecnologias estrangeiras e ampliar a autonomia estratégica dos países em relação à gestão de dados e sistemas de informação. Esse processo tende a fortalecer a segurança cibernética, aumentar a resiliência das infraestruturas digitais e favorecer o desenvolvimento de ecossistemas locais de inovação tecnológica.

No âmbito social, espera-se que iniciativas de educação midiática e alfabetização digital ampliem a capacidade crítica da população em relação ao consumo e à circulação de informações no ambiente digital. Sociedades mais informadas e capazes de identificar conteúdos manipulados ou enganosos

tornam-se menos suscetíveis a campanhas de desinformação e a processos de polarização artificialmente estimulados.

Em escala internacional, o fortalecimento da cooperação entre Estados, organizações internacionais, empresas de tecnologia e instituições acadêmicas pode contribuir para a construção de mecanismos mais eficazes de governança digital global. Tais iniciativas podem favorecer o compartilhamento de informações sobre ameaças cibernéticas, o desenvolvimento de protocolos de resposta a campanhas de manipulação informacional e a definição de normas internacionais voltadas à proteção da integridade do espaço informacional.

De forma geral, espera-se que a implementação do plano de intervenção contribua para a consolidação de um ambiente digital mais seguro, transparente e equilibrado, capaz de reduzir vulnerabilidades informacionais, fortalecer instituições democráticas e preservar a internet como um espaço global de comunicação, inovação e cooperação.

REFERÊNCIAS

- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- CASTELLS, Manuel. Ruptura: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- MOROZOV, Evgeny. A ilusão da internet: como a rede pode reforçar regimes autoritários. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- NYE JR., Joseph S. O futuro do poder. São Paulo: Benvirá, 2012.
- ZUBOFF, Shoshana. A era do capitalismo de vigilância. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.
- HARARI, Yuval Noah. 21 lições para o século 21. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.